

CRESCIMENTO ECONÔMICO NA ERA LULA (2003-2010): CAUSAS E CONSEQUÊNCIAS

H. N. L. SANTOS¹, R. R. FONSECA

Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN)

ORCID ID: <https://orcid.org/0000-0002-5398-8708>¹

adm.hericnero@gmail.com¹

Submetido Janeiro 26, 2017 - aceito Setembro 25, 2020

DOI: 10.15628/holos.2022.5277

RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo apresentar como foi a condução da política econômica no governo Lula (2003-2010), abordando desde o descompasso causado pelos temores de sua eleição, passando pela formação de sua equipe econômica que introduziu uma política fiscal austera que obteve êxito no controle da inflação e na geração de superávit primário. Cabendo ainda destacar

com uso de estatística descritiva os dados históricos e as relações existentes entre PIB, inflação, câmbio (em relação ao U\$), taxa SELIC, taxa de desemprego, progressão do salário mínimo, expansão do crédito e o comparativo entre receitas e despesas em percentual do PIB.

PALAVRAS-CHAVE: Governo Lula, Expansão do crédito, Inflação, Desemprego e progressão do salário mínimo.

ECONOMIC GROWTH IN THE ERA LULA (2003-2010): CAUSES AND CONSEQUENCES

ABSTRACT

The present work goals to introduce how was the conduct of the economic policy at Lula's government (2003 – 2010), approaching since the mismatch caused by the fear from his election, the formation of his economic team that introduces an austere fiscal policy which obtained success at control inflation and generating a primary surplus. It is also worth mentioning the uses of

descriptive statistic for historical data and the existents relationships between GDP, inflation, currency (against the U\$), SELIC rate, unemployment rate, progression of the minimum wage, credit expansion and the comparative between incomes and expenses as a percentage of GDP.

KEYWORDS: Lula's government, Credit expansion, Inflation, Unemployment and Progression of the minimum wage.

1 INTRODUÇÃO

Em primeiro de janeiro de 2003, o então presidente Fernando Henrique Cardoso (1995-2002) passa a faixa presidencial para o líder sindical do ABC paulista, Luís Inácio Lula da Silva. Era a primeira vez que um candidato da esquerda chegava ao poder após a redemocratização, a primeira vez que ganhava um candidato sem ensino superior e o primeiro operário no cargo (FOLHA, 2002). Assim teve início a era Lula.

Antes da eleição, houve um temor no mercado financeiro sobre as futuras ações de um possível governo Lula que, no intuito de conter esse receio, lançou a “carta ao povo brasileiro”. Na carta, o então candidato prometeu respeitar contratos, obter superávits primários e controlar os gastos do governo. Além disso, escolheu para compor a chapa o empresário e senador José Alencar, que permaneceu no posto pelos dois mandatos.

A “carta” e a escolha do vice acalmaram os mercados. Moraes e Saad-Filho (2011) argumentam que os economistas da época, independente da orientação ideológica, ficaram surpresos com a política macroeconômica do governo, que se manteve inalterada da política do governo anterior. O tripé econômico (sistema de metas de inflação, câmbio flutuante e superávits primários) seguiu sendo pedra fundamental da política econômica brasileira.

O primeiro mandato do presidente Lula foi marcado por estabilidade. Para enfrentar a desconfiança do mercado com o governo, o então presidente montou uma equipe econômica ortodoxa, com nomes como Antônio Palocci no ministério da fazenda e Henrique Meirelles no banco central. Além disso, no primeiro ano de seu mandato, chegou a elevar a Selic a 26,50% e atingiu um superávit primário de 4,5% do PIB (ROQUE, 2016). Essas medidas aumentaram a confiança dos empresários, permitindo a volta dos investimentos e o aumento do crédito.

No entanto, apesar da tranquilidade e bom andamento da economia, ao final do primeiro mandato ocorre o primeiro grande problema do governo do petista, o mensalão. No ano de 2005 estoura o primeiro grande caso de corrupção, ficando conhecido como mensalão, consistindo na compra de apoio parlamentar com dinheiro de caixa dois. Esse caso teve grande repercussão no governo, trazendo como consequência a queda de grandes expoentes da equipe, como os ministros da casa civil e fazenda, respectivamente, José Dirceu e Antônio Palocci.

Apesar disso, em 2006 Lula se candidata e novamente ganha a corrida presidencial em cima do candidato do PSDB, Geraldo Alckmin. O segundo mandato foi marcado por um afrouxamento na política fiscal do governo, aumentos para o funcionalismo, lançamento do PAC, expansão do crédito consignado, entre outras medidas para estimular a economia (LOUREIRO *et al*, 2011). Vale lembrar que no segundo mandato, no ano de 2008, explodiu a crise financeira internacional, conhecida como crise dos *subprimes*, forçando governos de todo o mundo a fazer uso de medidas anticíclicas.

O presente trabalho, então, pretende analisar a política econômica dos governos Lula, a partir da análise descritiva dos dados do período. Para tanto, realizou-se uma pesquisa descritiva sobre o período entre 2003-2010, através da bibliografia sobre o assunto e dos dados econômicos

do período, obtidos de fontes como FMI, BC e Ministério da Fazenda. A finalidade do estudo é analisar a política econômica do governo, a partir dos dados empíricos da economia.

O artigo está dividido em cinco seções. A primeira trata-se da introdução, que contextualiza o trabalho. A segunda discorre sobre o primeiro mandato do governo Lula e as primeiras decisões da equipe econômica, a terceira aborda o segundo mandato do governo e a transição das decisões econômicas frente a crise financeira global, já a quarta seção mostra os dados e estatísticas descritivas do período de 2003-2010, dando uma visão do governo através dos números. A quinta e última seção é a conclusão a que se chegou o estudo.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 O primeiro mandato: Da desconfiança a aceitação

O final do segundo governo de Fernando Henrique Cardoso (1995-2002) foi marcado por dificuldades (OLIVEIRA e TUROLLA, 2003). Nos anos 2000 os EUA viveram a chamada crise das pontocom, que acabou contaminando mercados no mundo todo. Além disso, no ano seguinte, ocorreram os atentados às torres gêmeas, em 11 de setembro de 2001, contribuindo para aumentar as incertezas. Ao mesmo tempo, na América Latina, a Argentina vivia a crise da dívida, decretando a moratória do pagamento. Para completar o difícil cenário brasileiro, que vinha de uma certa estabilidade e calma até o ano 2000, o país enfrentou uma crise energética, com o perigo de ocorrer um apagão, deixando a economia fragilizada.

Todo esse cenário, somado ao fraco desempenho econômico, fragiliza o candidato governista José Serra e fortalece o principal opositor Luís Inácio Lula da Silva, que apesar de crescer nas intenções de voto, conta com grande desconfiança do mercado. Para enfrenta-la e evitar uma grande fuga de capital, o candidato petista lança o documento “carta ao povo brasileiro” (Lula, 2002), onde assume compromisso público de respeitar os contratos, buscar o crescimento econômico, igualdade social e responsabilidade com as contas públicas. Sendo esse documento fundamental para acalmar os mercados sobre um eventual governo Lula (MORAIS e SAAD-FILHO, 2011).

Então, em outubro de 2002, o candidato petista é eleito presidente do Brasil, tomando posse em primeiro de janeiro. Apesar de amenizado, o clima de desconfiança não acabou, por isso, foi com grande surpresa que os mercados receberam a notícia da nova equipe econômica do governo, composta por técnicos ortodoxos. A equipe era liderada por Antônio Palocci, na Fazenda, e o ex-presidente global do Bank Boston, Henrique Meirelles, no Banco Central. Outras pessoas bem vistas pelo mercado fizeram parte do governo, como Joaquim Levy, Ilan Goldfajn, Afonso Beviláqua e Alexandre Schwartzman (ROQUE, 2016).

Além da escolha de uma equipe econômica ortodoxa, o primeiro ano foi marcado por uma política econômica conservadora. Primeiro, foi decidido continuar o regime de metas de inflação, iniciado em 1999, onde o Conselho Monetário Nacional define a meta de inflação e o Banco Central

fica encarregado de perseguir essa meta através, principalmente, da fixação da taxa básica de juros, a SELIC (ALMEIDA, 2009).

No primeiro ano do governo, a SELIC chegou a atingir 26%, mas já no final ela mostrou uma tendência de queda, terminando com um pouco mais de 16%. Esse choque na política monetária ajudou a trazer a inflação para baixo, ainda que no primeiro ano ela tenha fechado em 14,7%, no segundo ela foi de 6,6%. No último ano do primeiro mandato o governo conseguiu atingir uma inflação de 4,3% e uma taxa SELIC de 13,19% (ALMEIDA, 2009).

No campo fiscal o governo se comprometeu a atingir superávits primários contínuos. Logo no primeiro ano o superávit foi 4,5% do PIB¹, valor superior ao que o governo anterior tinha se comprometido com o FMI, de 4,25% (CUNHA e BICHARA, 2004). No primeiro ano as receitas do governo eram 21,59% em relação ao PIB e acabaram o primeiro mandato em 23,06%, já as despesas foram de 21,40% para 24,45%, mostrando que apesar da responsabilidade fiscal mostrado pelo presidente, já esboçava uma tendência ao aumento de gastos do governo petista.

A carga tributária teve um pequeno aumento durante o primeiro mandato. Ainda bem abaixo do período FHC onde ela foi dos 26% do PIB aos 35%, devido a política de estabilidade fiscal promovida pelo governo da época (CUNHA e BICHARA, 2004). No primeiro mandato de Lula a carga tributária, que era de 31,50%, foi para 33,60% do PIB. Esse aumento é explicado em partes pela necessidade de aumentar a receita frente ao aumento de despesas promovidas pelo governo.

Um dos pilares e base de sustentação do governo Lula foram as políticas sociais. O bolsa família, instituída ainda no primeiro mandato, como carro-chefe do programa Fome Zero, começou atendendo 3,7 milhões de famílias em 2003, chegando a 11,1 milhões no final do primeiro mandato (SOUZA, 2007). Esse incremento na renda das famílias de baixa renda contribuiu para impulsionar o mercado interno, principalmente nas cidades do Norte-Nordeste.

Ainda sobre o aumento da demanda interna, que contribuiu para o aumento do produto interno, tivemos grande expansão do crédito. Souza (2007) aponta que entre os anos de 2003 e 2005 o total de empréstimos em consignação na folha tomados pelos aposentados e pensionistas do INSS, saltaram de R\$ 612 milhões para R\$ 8,8 bilhões. Essa política de baratear o crédito para as pessoas foi defendida pelo próprio presidente durante todo o mandato.

Apesar dos bons indicadores econômicos obtidos pelo governo, em 06 de junho de 2005 uma entrevista no jornal Folha de S. Paulo, dada pelo deputado Roberto Jefferson põe em risco o governo. O caso, que ficou conhecido como mensalão, escancarou velhas práticas da política nacional de compra de apoio parlamentar com dinheiro de caixa dois, envolvendo nomes de peso da cúpula do governo e do Partido dos Trabalhadores (Silva, 2014). Esse fato custou muito, politicamente, para o presidente, colocando em risco seu mandato e a queda de seus principais apoiadores, Dirceu, Palocci, Genuíno, Gushiken, entre outras importantes personalidades petistas.

¹ Atualmente esse dado é encontrado com um valor um pouco menor, devido a mudança no cálculo do PIB ocorrida em 2015, que incluiu outras variáveis. Assim, o PIB foi maior e, consequentemente, diminuindo a relação resultado primário/PIB.

Na esteira do mensalão, veio a campanha presidencial de 2006. Uma pequena queda na economia no ano anterior, somados a queda do ministro Palocci e o posicionamento crítico do PT à política econômica, culmina na nomeação do presidente do BNDES, Guido Mantega, para a Fazenda. Um crítico da política monetária de então, defendeu uma queda mais contundente da taxa de juros e se opôs a uma maior abertura econômica (SOUZA, 2014). Com uma política mais voltada ao aumento de gastos e crescimento econômico, Lula vence mais um pleito com 61% dos votos, dando início a um novo mandato.

2.2 O segundo mandato: Euforia e crises

Werneck (2010) mostra que a queda do ministro Palocci levou a um relaxamento na política fiscal. Além do ministro, caiu também a corrente que defendia a contenção do crescimento dos gastos públicos. O movimento oposto, encabeçado pela nova ministra da Casa Civil, Dilma Rousseff, defendia que a ampliação do gasto público levaria ao crescimento da economia. Esse pensamento domina o segundo mandato, ganhando mais força após a crise financeira de 2008.

O último guardião do controle dos gastos era o BC. Ele conseguiu manter a inflação próxima ao centro da meta durante todo o segundo mandato, que variou entre 3,6% e 5,7%. No entanto, a taxa básica de juros apresentou muita oscilação no período, saindo de 11,18% no primeiro ano para 13,66%, 8,65% e 10,66% nos anos seguintes. Ainda que muitos defendam a atuação do BC (WERNECK, 2010), outros autores discordam da postura, defendendo que o BC deveria ter cortado mais as taxas de juros (SOUZA, 2014).

O Brasil vive um momento de euforia durante o segundo mandato. Após a quebra da desconfiança e relativo sucesso do primeiro ciclo, no segundo o Brasil cresce a um ritmo mais acelerado para os padrões das últimas décadas, em média 4,65%. Mesmo com a crise de 2008, defendida por alguns como a pior da história, o desemprego segue em queda, saindo da casa dos dois dígitos e chegando a mínima de 6,8%, enquanto que o salário mínimo segue em crescimento, mais que dobrando o valor entre o 2003 e 2010. Esse bom momento contamina a sociedade e o presidente goza, então, de altos níveis de popularidade e aprovação.

O cenário externo já vinha contribuindo para o governo desde o primeiro mandato, mas no segundo ele se intensifica. Almeida (2013) defende que o crescimento na América Latina a partir de 2002 deveu-se a três fatores: as reformas liberais da década de 90, o crescimento chinês dos anos 2000 e o *boom* das *commodities*. O Brasil, como grande exportador mundial de *commodities*, beneficiou-se dessa conjuntura, atraindo investimentos estrangeiros, que multiplicaram a partir de 2006, chegando a mais de R\$ 26 bilhões em 2008.

Contudo, Roque (2016) ressalta que somente esses fatores não ajudam a explicar todo o sucesso. A baixa participação das exportações no PIB, menos de 12% do PIB (a média mundial é de 29,8%), não conseguem explicar todo o crescimento, as guerras do Afeganistão e Iraque, assim como as crises das “pontocom” e da dívida argentina, contribuíram para a queda do dólar e valorização do real, mantendo a inflação baixa mesmo com a explosão do crédito e dos aumentos reais do salário mínimo. Essa conjuntura deixou o terreno aberto para o aumento dos gastos

públicos sem impactar a inflação, apesar da valorização do real ter cobrado seu preço na balança comercial, que começou a registrar déficits a partir de 2008.

A grande crise, porém, viria em 2008. Na segunda-feira, 15 de setembro de 2008 as pessoas assistiam incrédulas as notícias da falência de um dos maiores bancos de investimentos dos EUA, o Lehman Brothers, dando início a uma das maiores crises econômicas da história e afetando todo o mundo (PIRES e BALIEIRO, 2013). Era o início de uma época difícil para as economias mundiais, com repercussões que se arrastariam por anos.

O presidente Lula disse à época que a crise era um tsunami nos EUA, mas que chegaria aqui apenas uma “marolinha”. De fato, no Brasil a crise não teve o mesmo impacto que em outros lugares do mundo, a Espanha e Grécia, por exemplo, registraram taxas de desemprego na casa dos 30%. A Inglaterra iniciou um movimento para sair da União Europeia, colocando em risco todo o bloco, as taxas de juros ao redor do mundo foram zeradas, em alguns casos, inclusive, ficaram negativas (PIRES e BALIEIRO, 2013). No Brasil, registramos o primeiro e único PIB negativo da era Lula, em 2009, de -0,1%, contra uma média mundial de -0,6%.

O desempenho brasileiro durante a crise criou uma euforia com a economia brasileira. Graças aos estímulos para o mercado interno, com o aumento do crédito e as reservas internacionais, que em 2008 superou os U\$ 200 bilhões, o Brasil se recuperou mais rápido que outras economias e tornou-se um dos principais mercados para os investidores internacionais. O investimento direto estrangeiro atingiu seu ápice em 2008 com U\$ 26 bilhões. Assim, em 2010 o PIB brasileiro foi o maior de toda era Lula, um aumento de 7,5%, o que mostra a força da nossa recuperação, quando no ano anterior mostrou uma pequena retração.

A era Lula se encerra num clima de euforia. Em meio ao protagonismo internacional, crescimento econômico e aumento da classe média, Lula consegue fazer sua sucessora, a ministra Dilma Rousseff, entusiasta da nova matriz econômica do governo, a partir de 2006. O Brasil conquistou muitos avanços no período. Entretanto, o aumento dos gastos do governo, que chegam, em 2010, a 23,34% do PIB, contra as receitas que estão em 21,96%, poderiam se tornar um problema no futuro.

3 METODOLOGIA

Para realizar o trabalho foi feita uma pesquisa em artigos científicos, livros e reportagens atuais e da época. O intuito foi aprofundar-se no período, de modo a colher os dados e o contexto do período, além de diferentes visões sobre o tema. O estudo tentou alcançar, assim, um retrato de como foi a “Era Lula”.

Para Coletar os dados foram utilizadas várias bases oficiais. No sítio eletrônico do Banco Central, no portal SGS (Sistema Gerenciador de Séries Temporais), foram coletados a maior parte dos dados econômicos do trabalho. Além disso, alguns dados foram coletados na base de dados do FMI (Fundo Monetário Internacional) e através do DIEESE (Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos) foram obtidos os dados referentes ao salário mínimo. Buscou-se coletar os dados de organizações oficiais de modo a atestar a confiabilidade dos dados.

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

4.1 A era lula em números

Começando por números mais gerais da economia, segue o PIB brasileiro do período. Dados do FMI apontam um crescimento médio de 4,09% no período, tendo seu ponto máximo o ano de 2010 com 7,5% e a mínima de -0,10% em 2009. Como informa a Figura 1, a linha horizontal mostra os anos e a vertical mostra o crescimento percentual.

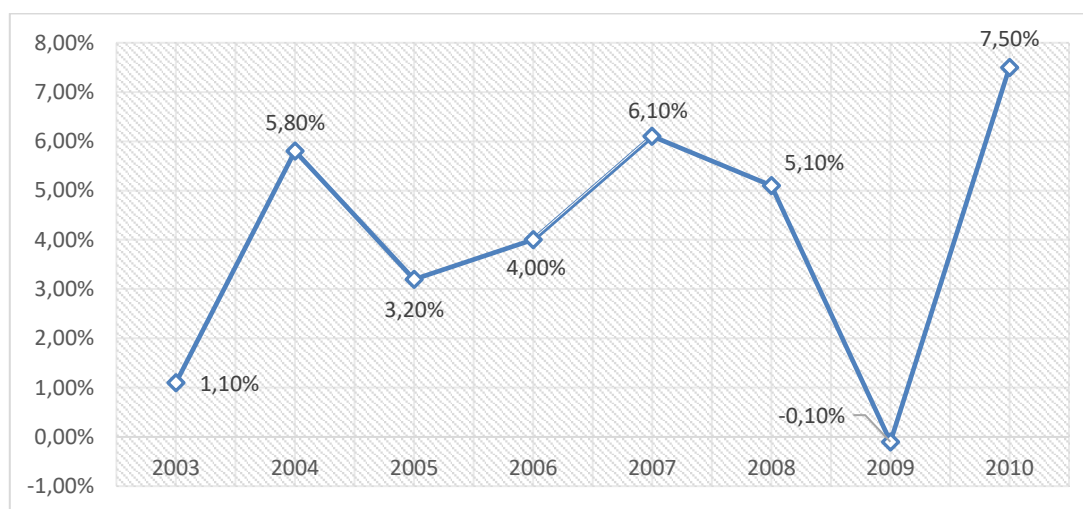


Figura 1: Produto interno bruto (PIB) do Brasil no período de 2003 a 2010.

A Figura 2 mostra o comportamento dos preços com base no Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), calculado pelo IBGE. É importante observar que mesmo com a explosão do crédito e o crescimento econômico do período os preços se mantiveram estáveis e baixos, um peso significativo para esse comportamento deve-se a desvalorização da cotação do dólar americano U\$, como mostra a Figura 3.

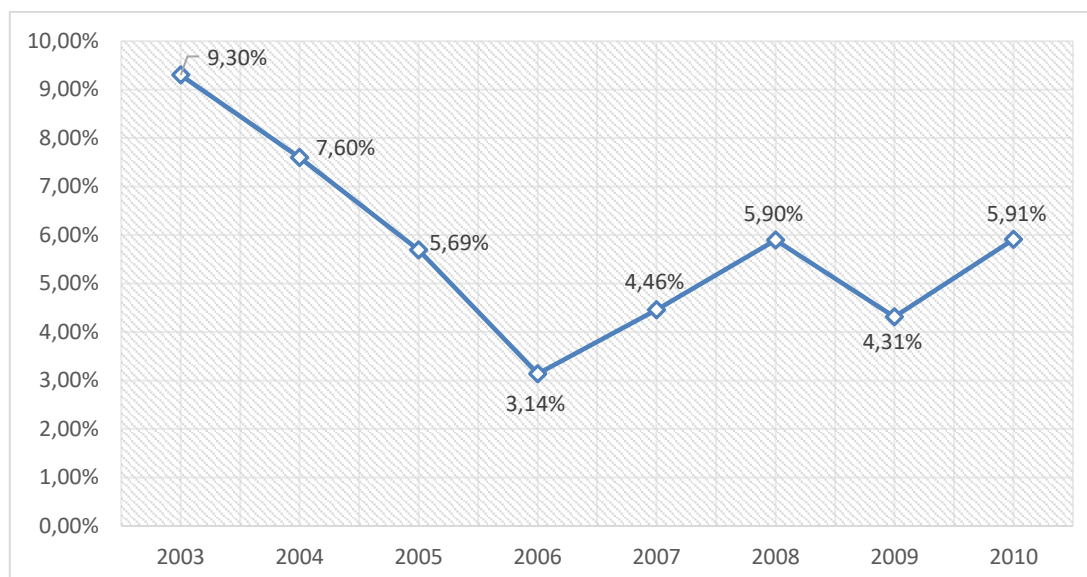


Figura 2: Variação do IPCA para o período de 2003 a 2010.

Fonte: Elaborada pelos autores com base nos dados do Banco Central.



Figura 3: Variação da taxa de câmbio USD/BRL para o período de 2003 a 2010.

Fonte: Elaborada pelos autores com base nos dados do Banco Central.

A Figura 3 mostra a cotação do real em relação ao dólar ao final de cada ano. O dólar caiu frente outras moedas durante os anos 2000 devido as guerras e crises. Além disso, o Brasil se tornou um dos principais destinos para os investimentos, apreciando nossa moeda. Mesmo com a crise de 2008 que aumentou a aversão ao risco dos investidores, incentivando-os à proteger seus capitais com os títulos norte-americanos, foram atraídos pelas altas taxas de juros e mercado interno aquecido, então, os investidores voltam para o Brasil com ainda mais força, derrubando a cotação.

Outro ponto de destaque do governo Lula foi a taxa de desemprego. A Figura 4 abaixo mostra a taxa de desemprego medida pelo FMI que durante todo o período caiu quase pela metade.

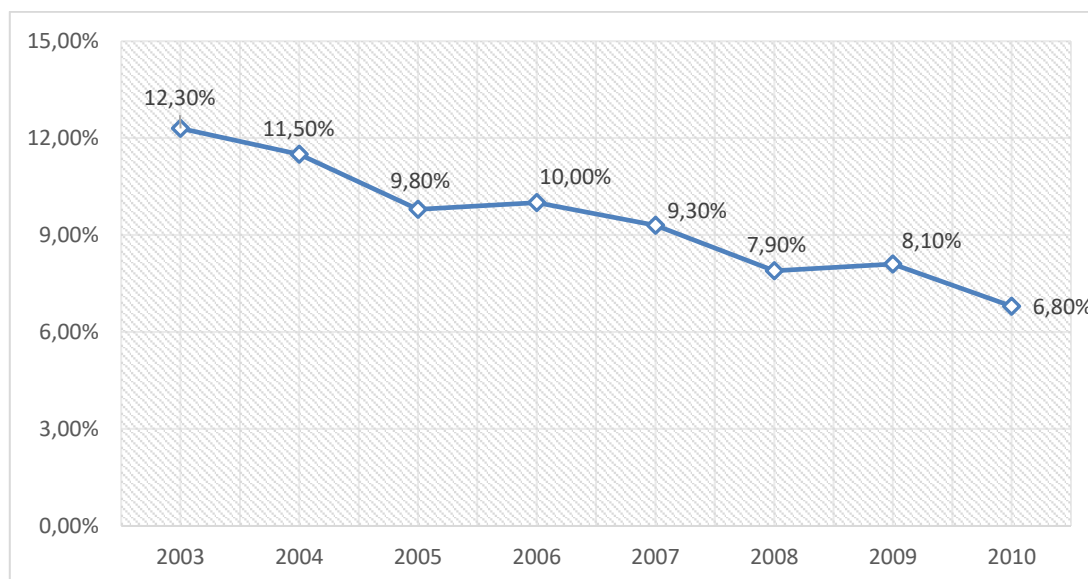


Figura 4: Variação da taxa de desemprego para o período de 2003 a 2010.

Fonte: Elaborada pelos autores com base nos dados do FMI

Além da queda na taxa de desemprego houve um movimento inverso no salário mínimo. Conforme mostra a Figura 5, segundo dados do DIEESE, o salário mínimo mais do que dobrou, saindo de R\$ 240,00 em 2003 para R\$ 510,00 em 2010, explicando também parte do aumento do consumo interno.

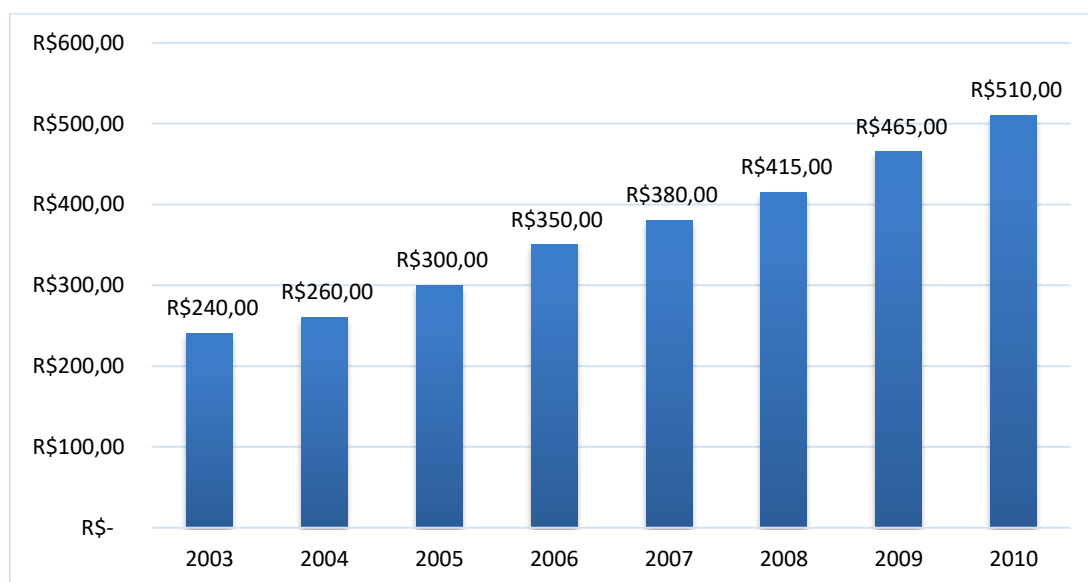


Figura 5: Variação do salário mínimo para o período de 2003 a 2010.

Fonte: Elaborada pelos autores com base nos dados do DIEESE

A Figura 6 mostra as operações de crédito do sistema financeiro. Os dados a seguir mostram as operações tanto para pessoa física quanto para pessoa jurídica, em milhões de reais. É notável a

explosão do crédito, do primeiro ao último ano as operações mais que triplicaram, em especial a partir de 2007.

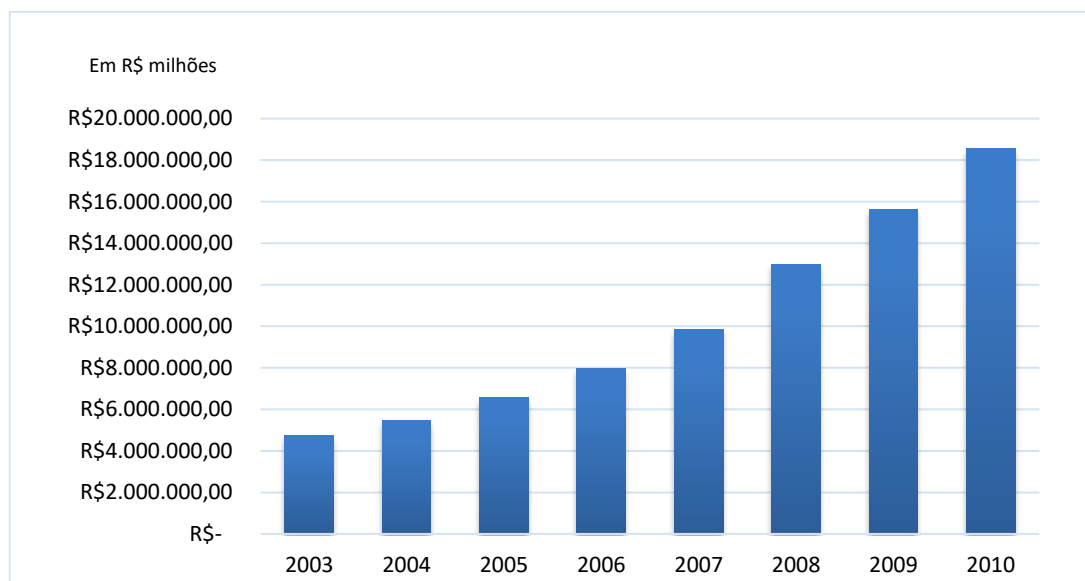


Figura 6: Operações de crédito do sistema financeira nacional (SFN)

Fonte: Elaborada pelos autores com base nos dados do Banco Central

Na Figura 7 podemos observar o movimento da taxa básica de juros. Apesar do choque monetário no primeiro ano, quando a taxa chegou a atingir 26%, ela terminou 2003 em 16,32%, com uma tendência de queda. Em 2006, com a mudança da política econômica houve uma forte queda de 18% em 2005 para 13,19% em 2006. Nos anos seguintes ela oscilou entre pequenas altas e baixas, com uma leve tendência descendente, terminando 2010 em 10,66%.

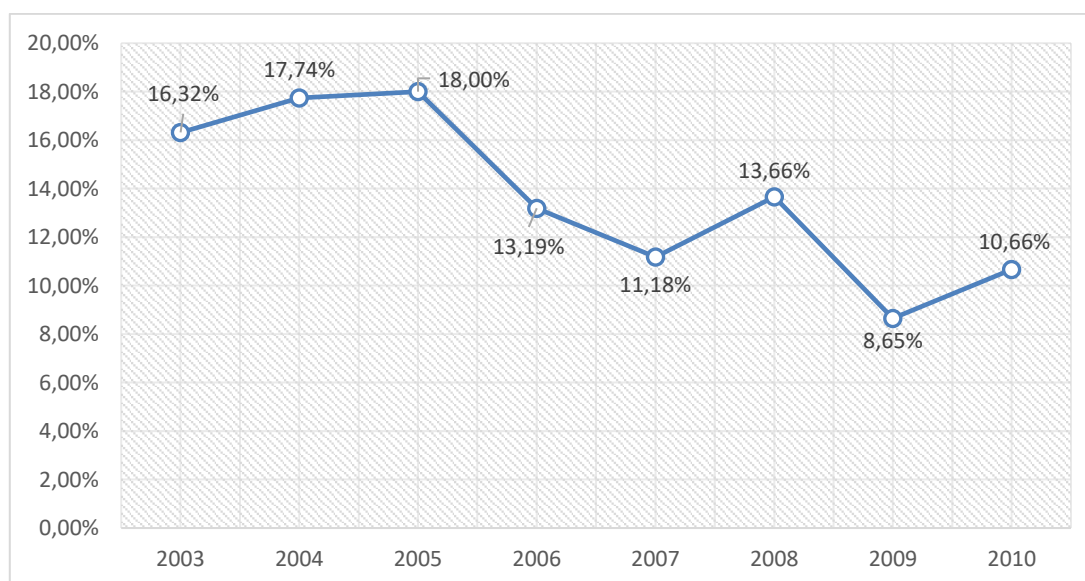


Figura 7: Variação da taxa básica de juros para o período de 2003 a 2010.

Fonte: Elaborada pelos autores com base nos dados do Banco Central

Destaca-se, também, as contas do governo no período. A dívida pública em relação ao PIB caiu no período, conforme mostram os dados do FMI no gráfico a seguir, saindo de 73,73% em 2003 para 63,03% em 2010, fruto das arrecadações recordes obtidas durante o governo Lula. Importante notar o aumento em 2009, devido aos esforços de reanimar a economia com o intuito de enfrentar a crise.

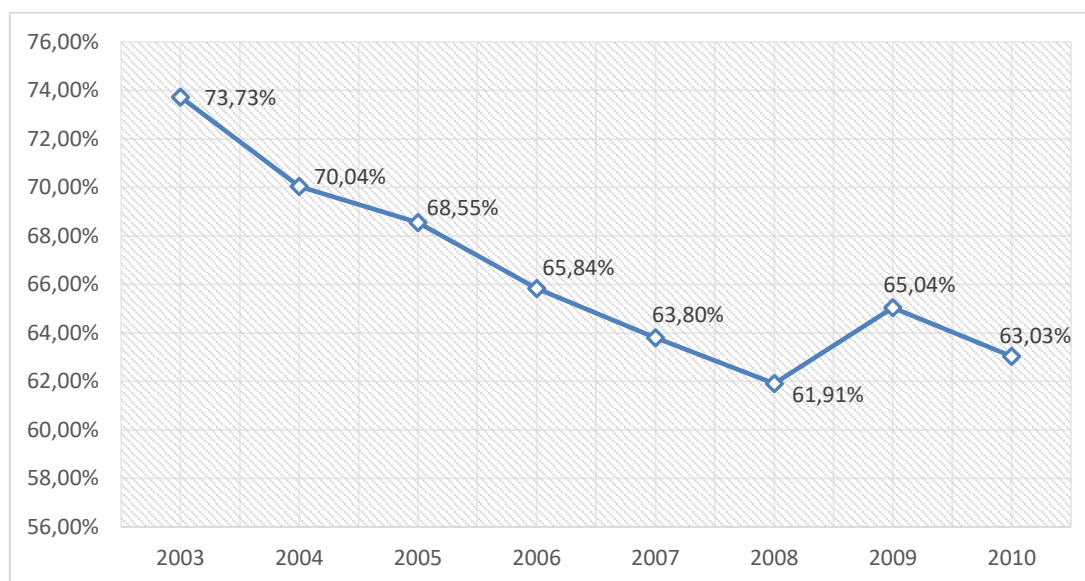


Figura 8: Relação dívida/PIB para o período entre 2003 e 2010.

Fonte: Elaborada pelos autores com base nos dados do FMI

A Figura 9 trata das receitas e despesas em relação ao PIB. Os dois indicadores aumentaram no período, mas vale destacar que as despesas cresceram mais que as receitas, especialmente nos dois últimos anos, logo após a crise de 2008.

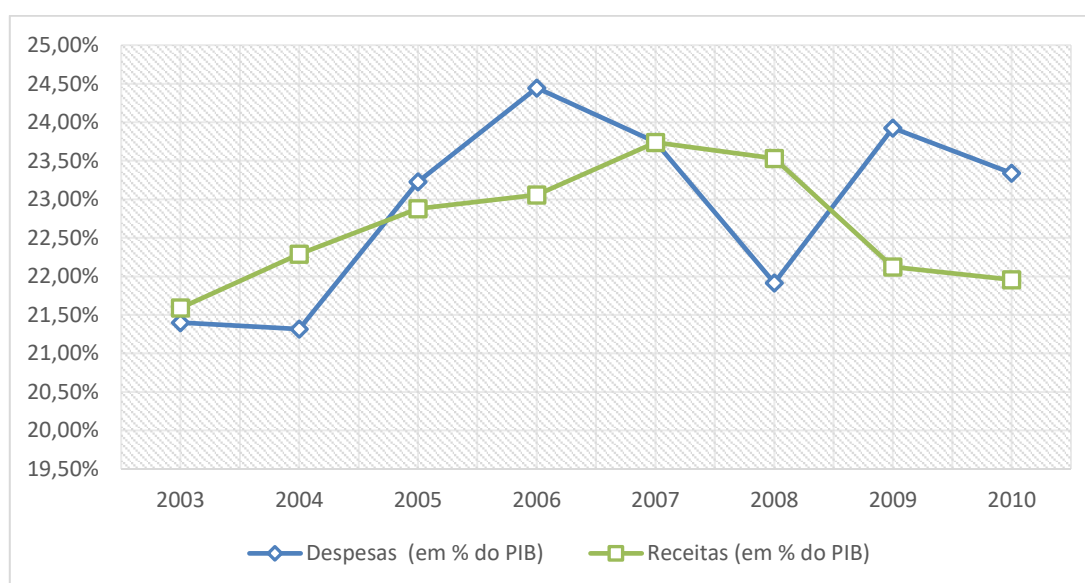


Figura 9: Relação entre receita e despesa em percentagem do PIB para o período entre 2003 e 2010.

Fonte: Elaborada pelos autores com base nos dados do Banco Central

A Figura a seguir mostra a relação entre resultado primário e o déficit nominal em relação ao PIB. Enquanto os superávits se mantiveram estáveis por volta dos 3% do PIB, com exceção do ano de 2009, que o resultado foi abaixo dos 2%, os déficits nominais caíram pela metade entre o primeiro e o último ano. Uma vez que as despesas cresceram mais do que as receitas em relação ao PIB, podemos inferir que o aumento do PIB levou a queda do déficit nominal em relação ao produto brasileiro.

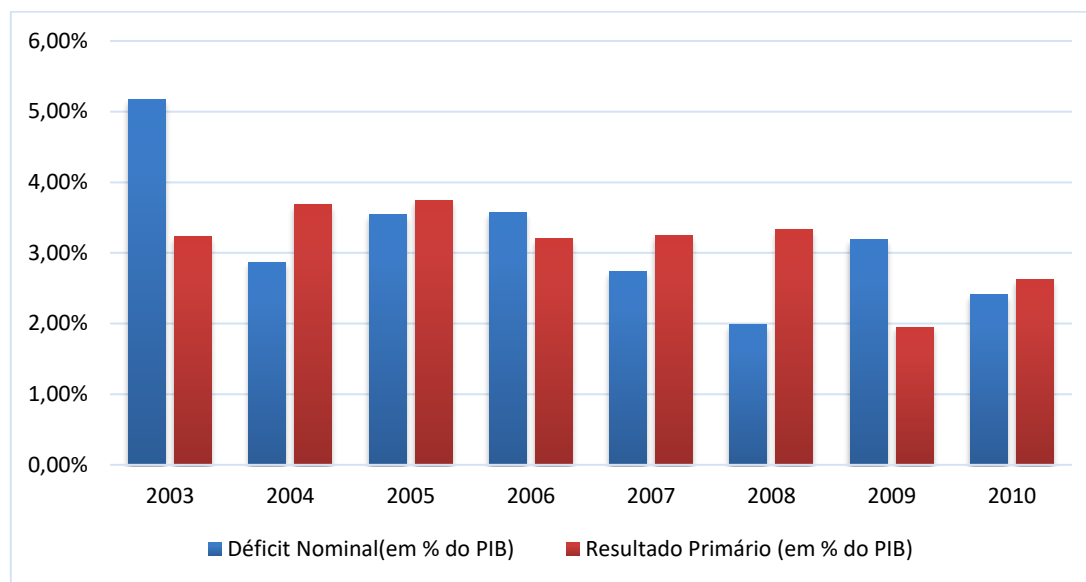


Figura 10: Relação entre déficit nominal e resultado primário em porcentagem do PIB.

Fonte: Elaborada pelos autores com base nos dados do Banco Central.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Apesar do temor que um governo de esquerda causava na véspera das eleições de 2002, o então candidato Lula se mostrou bastante hábil em acalmar os mercados. Outro atenuante foi a formação de uma equipe notadamente ortodoxa para ocupar os principais cargos do Ministério da Fazenda e do Banco Central. Além da escolha do vice-presidente José Alencar, para compor sua chapa durante os dois mandatos.

A nova equipe econômica promove um forte ajuste fiscal. Para tanto, ficou decidido manter o tripé macroeconômico, câmbio flutuante, superávit primário e regime de metas de inflação. No primeiro ano, a SELIC atingiu a marca de 26%, embora ao final do ano já tenha sido possível diminuir para 16,5%. Esse choque na política monetária ajuda a trazer a inflação para baixo e acalmar os mercados quanto ao risco de uma política fiscal inflacionária. O compromisso do governo em atingir superávits primários contínuos, sendo que logo no primeiro ano foi 4,5% do PIB, superior ao valor que o governo anterior havia se comprometido com o FMI (4,25%), também contribui para o aumento da confiança.

No momento mais tenso do primeiro mandato, o escândalo do mensalão derruba o então ministro Antônio Palocci e a corrente que defendia a contenção do crescimento dos gastos públicos, abrindo o espaço para o movimento oposto, encabeçado pela nova ministra da casa civil, Dilma

Rousseff. Esse pensamento domina o segundo mandato, ganhando forte respaldo com a crise financeira de 2008.

Para combater os efeitos da crise, o governo, através dos bancos estatais, especialmente o BNDES, estimula a expansão do crédito, triplicando entre 2003 e 2010, especialmente, a partir de 2007. O cenário externo já vinha contribuindo para o governo desde o primeiro mandato, mas no segundo ele se intensifica. Almeida (2013) defende que o crescimento econômico na América Latina a partir de 2002 deveu-se a três fatores: as reformas liberais da década de 90, a crescente demanda provocada pelo crescimento chinês e o “boom” das commodities.

Todavia, vale destacar que somente esses fatores não ajudam a explicar todo o crescimento econômico e estabilidade. Tendo em vista o baixo impacto das exportações no PIB, menos de 12% (média mundial é de 29,8%), a guerra no Afeganistão e Iraque, as crises das “pontocom” e a dívida argentina parecem contribuir mais para a queda do dólar e consequente valorização do real, sendo o câmbio componente preponderante para manter a inflação baixa, mesmo com a explosão do crédito e os sucessivos aumentos reais do salário mínimo. Essa conjuntura deixou o terreno aberto para o aumento dos gastos públicos sem aumentar o risco inflacionário, apesar da valorização do real ter impactado na balança comercial, que começou a registrar déficits a partir de 2008.

6 REFERÊNCIAS

- Almeida, C. A. L. (2009). Economia Política no Brasil: o primeiro governo Lula. 215 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Economia Política, Puc - Sp, São Paulo. Disponível em: <http://www.sapientia.pucsp.br//tde_busca/arquivo.php?codArquivo=9003>. Acesso em: 08 jun. 2016.
- Almeida, M. (2016). Existe um modelo latino americano?. Disponível em: <<https://mansueto.wordpress.com/tag/boom-de-commodities/>>. Acesso em: 10 jun. 2016.
- Cunha, A. M.; Bichara, J. S. (2004). Cambio o continuismo: Una interpretación de la política económica del gobierno de Lula. América Latina Hoy, v. 37, p.39-61.
- Folha Online. (2002). Após três eleições, Lula chega à presidência da república. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/brasil/ult96u41521.shtml>>. Acesso em: 09 jun. 2016.
- Loureiro, M. R.; Santos, F. P.; Gomide, A. de Á. (2011). Democracia, arenas decisórias e política econômica no governo Lula. RBCS, v. 26, n. 76.
- Morais, L.; Saad, A. (2011) Da economia política à política econômica: O novo-desenvolvimentismo e o governo Lula. Revista de Economia Política, Brasília, v. 31, n. 4, p.507-527.
- Oliveira, G.; Turolla, F. (2003) Política econômica do segundo governo FHC: mudança em condições adversas. Tempo Social: São Paulo.

- Pires, F.; Balieiro, S. (2013). O mundo depois da crise de 2008. Disponível em: <<http://epocanegocios.globo.com/Informacao/Visao/noticia/2013/09/o-mundo-depois-da-crise-de-2008.html>>. Acesso em: 08 de jun. de 2016.
- Rodrigues, N. Governo Lula. (2016). Disponível em: <<http://www.infoescola.com/mandatos-presidenciais-do-brasil/governo-lula/>>. Acesso em: 10 de jun. de 2016.
- Roque, L. (2015). O que realmente permitiu o grande crescimento econômico brasileiro da última década. 2016. Disponível em: <<http://www.mises.org.br/Article.aspx?id=2190>>. Acesso em: 09 de jun. de 2016.
- Silva, M. T. (2014). Acontecimento: evocando sentidos, provocando ações: uma análise do "Mensalão". Intext: Porto Alegre, v. 00, n. 30, p.72-92.
- Werneck, R. L. F. (2010) A deterioração do regime fiscal no segundo mandato de Lula e seus desdobramentos. In: SEMINÁRIO EM HOMENAGEM A DIONÍSIO DIAS CARNEIRO, Rio de Janeiro. Disponível em: <<http://www.econ.puc-rio.br/pdf/td587.pdf>>. Acesso em: 09 de jun. de 2016.

COMO CITAR ESTE ARTIGO:

Santos, H. N. L., Fonseca, R. R. (2022). CRESCIMENTO ECONÔMICO NA ERA LULA (2003-2010): CAUSAS E CONSEQUÊNCIAS. Holos, 5(38). Recuperado de <https://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/HOLOS/article/view/5277>

SOBRE OS AUTORES

H. N. L. SANTOS

Graduado e Mestre em Administração pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte – UFRN
Programa: Programa de Pós-Graduação em Administração – PPGA/UFRN.
Email: Adm.hericnero@gmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-5398-8708>

R. R. FONSECA

Graduado e Mestre em Administração pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte – UFRN
Programa: Programa de Pós-Graduação em Administração – PPGA/UFRN.
Email: rodrigo_fonseca4@hotmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-0357-6852>

Editor(a) Responsável: Leandro Silva Costa



Recebido 26 de janeiro de 2017

Aceito: 25 de setembro de 2020

Publicado: 28 de dezembro de 2022